



## A exigência de caução nas tutelas provisórias: interpretação do Superior Tribunal de Justiça

### Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade  
Ana Gabriele Soares Monte  
Maria Eduarda Martins  
Kaline Bastos De Carvalho Bitencourt  
Luana Gomes Lima  
Thaynara Alves De Sousa

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A tutela provisória é um instituto previsto no artigo 294 à 311 do Código de Processo Civil. São decisões tomadas antes da sentença, chamadas de provisórias, pois podem ser revogadas ou modificadas a qualquer momento no processo. A decisão só será definitiva na sentença.

Para a concessão da tutela de urgência, a lei exige dois requisitos: a probabilidade de direito "fumus boni iuris" e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo "periculum in mora".

A tutela de urgência pode ser antecipada ou cautelar, na antecipada, o mérito é antecipado. Já a tutela de urgência cautelar visa garantir o provimento final.

A tutela de urgência pode ser liminar, concedida sem a oitiva da outra parte "inaudita altera pars" ou após prévia justificação, com oitiva da outra parte.

Somente a tutela antecipada foi contemplada com a estabilização prevista no artigo 304 do CPC, se não houver interposição de recurso o processo será extinto e a tutela se estabiliza.

A tutela de evidência prevista no artigo 311 do CPC, pode ser concedida mesmo sem urgência, quando o direito do autor é evidente e está bem provado no processo.

A importância prática das tutelas provisórias no processo civil reside em garantir a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional, impedindo que a demora do processo cause danos irreparáveis ou inviabilize a proteção do direito discutido.

O presente trabalho busca fazer uma análise da posição do STJ a respeito desse instituto. Após realização de busca jurisprudencial e doutrinária, se pretende ampliar conhecimentos sobre as tutelas provisórias dentro do âmbito da jurisprudência do STJ.

### Objetivo

Fazer uma análise crítica e pontual acerca dos elementos necessários para que tenha provimento de uma tutela provisória, seja ela de urgência ou de evidência, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça



## Material e Métodos

Para a realização deste trabalho, adotou-se o método multidisciplinar de revisão bibliográfica junto à pesquisa jurisprudencial para analisar o instituto das tutelas provisórias. A metodologia desta pesquisa tem o objetivo de examinar o entendimento dos tribunais a respeito do tema, com base no REsp n.º 1837156 do STJ.

Obras doutrinárias clássicas e contemporâneas sobre o processo civil, como o Curso de Direito Processual Civil de Fredie Didier Jr e Curso de Direito Processual Civil, v. 1 e 2, de Humberto Theodoro Júnior, foram utilizadas para embasar uma análise teórica.

## Resultados e Discussão

Antes de analisar o recurso do STJ, é necessário explicar o que seria a caução dentro da tutela provisória. A caução é uma garantia financeira ou equivalente exigida pelo juiz, conforme o artigo 300 do Código de Processo Civil, para ressarcir a parte contrária caso a tutela de urgência venha a ser revogada e cause prejuízos. Essa exigência visa equilibrar a justiça, pois a tutela provisória concede o direito de forma antecipada, e a caução protege a parte contrária se essa concessão for considerada indevida em uma análise posterior.

Analizando o Recurso Especial n.º 1837156, em que se teve o entendimento de que a justiça gratuita, por si só, não afasta a exigência de caução na tutela provisória, o Superior Tribunal de Justiça por meio de seu relator o Ministro Marco Buzzi, entendeu que a concessão da gratuidade judiciária não isenta automaticamente o dever da parte de prestar caução para obtenção de tutela provisória, ou seja, mesmo com o deferimento da justiça gratuita, a parte precisa demonstrar completa impossibilidade de prestar a garantia.

Durante o processo, a autora demonstrou ter capacidade de financiar a garantia, mesmo sendo beneficiária da justiça gratuita. O relator advertiu que o afastamento indiscriminado de caução poderia gerar desequilíbrio no processo e fomentar condutas temerárias. A exigência de caução deve ser analisada pelo juiz conforme o caso concreto, com base nos princípios do contraditório, da proporcionalidade e da segurança jurídica.

Para Marco Buzzi, é evidente a incoerência da conduta da parte autora, que, ao mesmo tempo que alega impossibilidade de prestar caução, indicou possuir recursos suficientes para tanto.

Diante do exposto, a QUARTA TURMA, por unanimidade, negou o provimento do recurso que tinha como objetivo afastar a caução com base na alegação do benefício da justiça gratuita. Decisão que reafirma o papel da boa-fé contratual e o combate a condutas contraditórias.

A doutrina de Fredie Didier Jr ensina que a caução não é automática, a exigência do magistrado é facultativa, deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, conforme o caso concreto (DIDIER JR., 2024, v. 2). Da mesma forma, Humberto Theodoro Júnior tem a função de proteger a parte contrária de prejuízos futuros e indevidos (THEODORO JÚNIOR, 2023, v. 2).

Nesse contexto, o STJ em seu entendimento, alinha-se à doutrina pois concorda que a caução é uma forma de proteção da parte adversa e que não pode ser afastada de forma indiscriminada. Mas o STJ é mais rigoroso quanto ao alcance da dispensa da caução.

## Conclusão

Conclui-se que o instituto das tutelas provisórias é amplo e pode originar vários entendimentos. A caução exerce um papel essencial na tutela provisória, garantindo proteção à parte contrária contra eventuais prejuízos decorrentes da antecipação jurisdicional. Com a análise do julgado pode-se constatar que a justiça gratuita não implica dispensa automática da prestação de caução, sendo necessária a demonstração da impossibilidade de garantia pela parte autora. A decisão reforça os princípios da boa-fé, do contraditório e da segurança jurídica.



## Referências

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Quarta Turma decide que justiça gratuita, por si só, não afasta exigência de caução para tutela provisória. STJ, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/26052025-Quarta-Turma-decide-que-Justica-gratuita--por-si-so--nao-afasta-exigencia-de-caucao-para-tutela-provisoria.aspx>

. Acesso em: 20 set. 2025

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial n.º 1.837.156-SP, rel. Ministro Marco Buzzi, julgado em 10 jun. 2025. Disponível em: [https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num\\_registro=201803058176&dt\\_publicacao=05/09/2025](https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201803058176&dt_publicacao=05/09/2025)

. Acesso em: 20. set. 2025